## Inserção regional da economia brasileira no comércio mundial: verificação das evidências de reprimarização das exportações estaduais

Danielle Evelyn de Carvalho\* Talles Girardi de Mendonça\*\*

#### Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar o processo de reprimarização ou *commoditização* da pauta de exportações dos estados brasileiros no período de 1996 a 2015, considerando-se o comércio dos produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados. Para isso, empregou-se o Índice de Vantagem Comparativa Revelada de Lafay e o Índice de Competitividade Revelada. Obteve-se como resultado uma possível reprimarização da pauta de exportações da maioria dos estados brasileiros.

Palavras-chave: Reprimarização. Estados. Índices de competitividade.

http://dx.doi.org/10.5335/rtee.v25i53.8414

Submissão: 25/07/2018. Aceite: 18/09/2020.

<sup>\*</sup> Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), mestrado em Economia Aplicada na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutoranda no CEDEPLAR na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: danielle-evelyn@hotmail.com

Professor Associado I no Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). E-mail: tallesgm@ufsj.edu.br

## Introdução

As décadas de 1960 e 1970 foram períodos marcados pelo alto crescimento brasileiro. Em contrapartida, os anos 1980 e o início dos anos 1990 foram marcados por uma grave crise econômica. O período foi caracterizado por baixo crescimento econômico, com exceção de alguns anos, processo inflacionário crônico e crescente, dívidas externa e interna elevadas, baixo índice de investimento, processo de avanço das desigualdades sociais e déficit fiscal e no balanço de pagamentos. Em razão desses problemas, o período ficou conhecido como a "década perdida", incluindo também os primeiros anos da década de 1990 (BRUM, 1999).

Diante desse cenário, o foco principal era o de estabilização dos preços como pré-condição à solução dos demais problemas. Para atingir a estabilidade de preços, o governo, em 1994, lançou o Plano Real, que combinava, entre outras medidas, um amplo esforço no sentido de promover o ajuste fiscal às âncoras monetária e cambial. Além disso, houve consolidação e ampliação do processo de abertura comercial. Todavia, uma das críticas ao plano foi o alto grau de vulnerabilidade externa a que foi submetida a economia nacional. Além disso, o Brasil passava por um processo de ajuste fiscal e juros altos que teria, portanto, diminuído a dinâmica da economia e da indústria.

Concomitantemente à valorização das commodities e à apreciação da taxa de câmbio, a década de 2000 possui um cenário de alta na taxa de juros, falta de investimentos em infraestrutura, entraves burocráticos e carga tributária alta, que ajudariam a limitar a ampliação da competitividade da indústria nacional. Esse panorama leva ao surgimento da tese de que o Brasil estaria passando por um processo de desindustrialização ou de "doença holandesa".

Inicialmente, será discutido sobre o tema da desindustrialização de forma geral e, em seguida, com relação ao Brasil. Além disso, será definido de forma mais precisa o conceito de "doença holandesa" e sua relação com a *commoditização* da pauta de exportações. Para mensurar a evolução da competitividade dos setores básicos, semimanufaturados e manufaturados nos estados brasileiros, optou-se por utilizar o Índice de Vantagem Comparativa Revelada de Lafay e o Índice de Competitividade, que serão explicados na metodologia.

O objetivo do artigo é, portanto, analisar a pauta de exportações dos estados brasileiros, utilizando os índices para verificar se a *commoditização* da pauta de exportações brasileira estaria acontecendo também para a maioria dos estados

brasileiros. Isso posto, a hipótese da pesquisa é a de que está ocorrendo um processo de reprimarização da pauta de exportações brasileiras com especificidades em cada estado.

A análise que se propõe no trabalho é relevante devido à importância que os produtos manufaturados possuem por gerar demanda derivada em outros setores de forma mais significativa se comparada à produção de bens básicos. Por isso, a perda de competitividade internacional do setor que produz manufaturados seria prejudicial à economia brasileira.

Dessa forma, o artigo apresenta, na seção 2, uma revisão de literatura acerca do tema. A seguir, é apresentada a metodologia utilizada para o cálculo dos índices e a correlação entre as variáveis. Na seção 4, são apresentados os resultados e, por fim, as conclusões encontradas no trabalho.

#### Revisão de literatura

A desindustrialização pode ser denominada como a diminuição da produção ou do emprego industrial, tanto em termos absolutos, quanto em termos relativos, na produção e no emprego total de uma economia (FEIJÓ; CARVALHO; ALMEIDA, 2005).

Para Tregenna (2009 apud OREIRO; FEIJÓ, 2010), a desindustrialização seria definida como um processo em que há tanto a perda de peso do emprego industrial em relação ao emprego total do país ou região quanto a perda de importância do valor adicionado industrial em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) total do país ou região.

A desindustrialização, por vezes, é considerada como uma mudança negativa. Entretanto, pode acontecer a desindustrialização positiva, que, segundo o Feijó, Carvalho e Almeida (2005), é um processo normal que acontece, na maioria das vezes, nos países que obtiveram um desenvolvimento econômico bem-sucedido. Nesse sentido, o setor de serviços ganha importância (muitas vezes em razão da grande quantidade de mão de obra qualificada) e o industrial perde espaço. Porém, na desindustrialização negativa, o declínio da produção e do emprego industrial vem acompanhado pela desaceleração generalizada da economia.

Segundo Bonelli e Pessôa (2010), não é possível concluir que houve perda de participação da indústria de transformação no PIB brasileiro, porque, como o preço dos produtos fazem parte da composição do PIB, parte da perda do peso da

indústria no total da economia brasileira seria devido aos efeitos das mudanças nos preços relativos. Os preços tiveram uma queda devido ao ganho de produtividade da indústria que se teve em determinados períodos no Brasil, que é repassado ao preço. Nesse sentido, partindo do pressuposto de que a indústria produz bens elásticos, uma diminuição no consumo mundial afetaria significativamente a indústria brasileira, que estaria seguindo apenas uma tendência mundial.

Com relação ao emprego, Bonelli e Pessôa (2010) observam o fato de que há diferentes bases de dados e algumas divergem quanto ao aumento ou à diminuição da quantidade empregada na indústria. Assim, dependendo da base que é utilizada, há um viés na estimativa para mais ou para menos, impossibilitando chegar a uma conclusão definitiva sobre o tema.

Além disso, como tema conexo ao de desindustrialização, temos o conceito de doença holandesa. Segundo Strack e Azevedo (2012), em 1977, a revista inglesa The Economist designou o termo "Dutch disease" (doenca holandesa) como um fenômeno que ocorreu na Holanda nas décadas de 1960 e 1970, com a decadência da indústria holandesa, derivada da descoberta de grandes reservas de gás natural no Mar do Norte. Com a excessiva entrada de divisas no país, o florim (moeda nacional holandesa na época) começou a ficar sobrevalorizado. Com isso, a indústria holandesa foi perdendo espaco internacional e nacional, porque não conseguia competir, já que, com o câmbio sobrevalorizado, os produtos holandeses ficam mais caros internacionalmente e os produtos estrangeiros se tornam mais baratos. Também, a pauta de exportações holandesa começou a se concentrar em um produto básico (combustível), caracterizando mais um sintoma da "doença holandesa", que é a commoditização da pauta de exportações. Ademais, além da commoditização da pauta de exportações e da sobrevalorização da taxa de câmbio, há a diminuição da participação da indústria de bens comercializáveis no produto total do país e o aumento dos salários nos setores de serviços (STRACK; AZEVEDO, 2012).

Segundo Bresser-Pereira (2009), a doença holandesa é uma falha de mercado que pode ser um obstáculo substancial ao desenvolvimento econômico, quando não for neutralizada devidamente. Essa falha de mercado é decorrente da existência de recursos naturais em abundância e baratos, utilizados para produzir commodities (com uma possível elevação dos preços desses produtos). Além disso, ela é compatível com uma taxa de câmbio mais apreciada do que aquela que iria tornar competitivo outros produtos comercializáveis. Utilizando-se, portanto, de recursos baratos, a produção de commodities causaria a apreciação da taxa de câmbio, porque

consegue ter uma rentabilidade a uma taxa mais apreciada do que outros produtos comercializáveis utilizando a tecnologia mais moderna existente no mundo.

Nassif (2008) surge com um novo conceito, o de "nova doença holandesa", que ele classifica com base em dois aspectos: de um lado, uma redistribuição generalizada de recursos para setores primários ou para indústrias tecnologicamente tradicionais; de outro, uma modificação de especialização internacional no sentido de produtos primários e/ou industrializados intensivos em recursos naturais.

Conforme se observa na discussão precedente do processo de desindustrialização, ela pode ser analisada por ângulos. A ocorrência desse processo pode ser verificada por meio da participação da indústria no PIB e no emprego total. Ressalta-se que o foco do artigo é analisar um processo que pode estar acontecendo nos estados do Brasil, que é o de *commoditização* das exportações. Entretanto, mesmo ligado ao processo de desindustrialização negativa, apenas com essa análise não é suficiente para concluir sobre a ocorrência ou não do processo de desindustrialização, por isso esse tema não será abordado no trabalho.

## Metodologia

Esta seção destina-se à apresentação dos métodos a serem empregados nas análises. Serão apresentados indicadores de competitividade que permitirão mensurar a inserção dos estados brasileiros no mercado externo de produtos básicos, manufaturados e semimanufaturados. De acordo com o MDIC, os produtos básicos são produtos próximos do estado que estão na natureza, isto é, sofrem poucas transformações, como exemplos, destacam-se café em grão, soja em grão, trigo em grão, entre outros. Os produtos semimanufaturados já sofreram algum tipo de transformação, como o couro. Já os produtos manufaturados são aqueles que sofreram mais de um tipo de transformação, como suco de laranja congelado não fermentado ou até televisores e automóveis.

O Índice de Vantagem Comparativa Revelada de Lafay (IVCL) foi calculado de 1996 até 2015, enquanto o Índice de Competitividade Revelada foi calculado de 1996 até 2017. Essa diferença dos anos para os dois índices ocorreu devido à disponibilidade de dados de PIB dos estados brasileiros, impossibilitando que o IVCL fosse calculado até 2017. Ademais, os anos que foram abarcados pelos índices compreendem o período posterior à abertura comercial, isto é, um período de maior

estabilidade das exportações brasileiras, resultando em uma melhor análise da competitividade do Brasil nos diferentes setores.

## Índice de Vantagem Comparativa Revelada de Lafay

De acordo com Bittencourt e Fontes (2010), o índice proposto por Lafay (1999) tem como finalidade avaliar a competitividade de produtos ou setores, para analisar uma possível tendência, de um país ou região, à especialização, desagregando da conjuntura macroeconômica. Sendo assim, para um produto ou setor k de um país ou região i, em primeiro lugar, calcula-se seu resultado em relação ao PIB  $(Y_i)$ , isto é, em relação ao tamanho do mercado nacional (equação 1).

$$\gamma_{ik} = 1000 * \left(\frac{X_{ik} - M_{ik}}{Y_i}\right) \tag{1}$$

Sendo que  $\gamma_{ik}$  é a participação do saldo comercial do produto (ou setor), do país (ou região), no PIB;  $X_{ik}$  é o valor das exportações do produto (ou setor) k, referente ao país (ou região) i;  $M_{ik}$  é o valor das importações do produto (ou setor) k, referente ao país (ou região) i;  $\gamma_i$  é o valor do PIB do país (ou região) i.

Posteriormente, calcula-se quanto do resultado da balança comercial do país (ou região) i é referente ao saldo comercial do produto (ou setor) k. Além da relação da balança comercial do país (ou região) i com o PIB deste (equações 2 e 3).

$$g_{ik} = \left(\frac{X_{ik} + M_{ik}}{X_i + M_i}\right) \tag{2}$$

$$\gamma_i = 1000 * \left(\frac{X_i - M_i}{Y_i}\right) \tag{3}$$

Em que  $X_i$  e  $M_i$  representam as exportações e as importações totais do país (ou região) i.

Sendo assim, obtém-se a equação final:

$$VCRL = f_{ik} = \gamma_{ik} - g_{ik} * \gamma_i$$
 (4)

Sendo que  $f_{ik}$  é a vantagem comparativa revelada corrigida pelo PIB.

Desse modo, quando a VCRL apresentar sinal positivo, significa que o país (ou região) i possui vantagem comparativa no produto (ou setor). Caso contrário, apresentará desvantagem comparativa.

## Índice de Competitividade Revelada

O Índice de Competitividade Revelada é, segundo Carvalho (2001), um indicador mais amplo por abranger exportações e importações, isto é, todo o comércio. Sendo assim, de acordo com Machado, Ilha e Rubin (2007), este índice pode agir de forma complementar com a finalidade de ajudar na implementação de políticas públicas setoriais e auxiliar na formação de estratégias para empresas do setor.

Os resultados foram obtidos utilizando-se a seguinte expressão:

$$CRji = \ln \begin{bmatrix} \frac{Xji}{\overline{X}ir} \\ \frac{Xjm}{\overline{X}mr} / \\ \frac{Mji}{\overline{M}ir} \\ \frac{Mjm}{\overline{M}mr} \end{bmatrix}$$
 (5)

Em que i = setores de produtos básicos, manufaturados e semimanufaturados; CRji = competitividade revelada de i pelo estado j; Xji = valor de i exportado pelo estado j; Xir = valor das exportações brasileiras de i; Xjm = valor total exportado pelo estado j, subtraído o setor i; Xmr = valor total das exportações do setor em nível nacional, subtraído o estado j; Mji = valor de i importado pelo estado j; Mir = valor das importações brasileiras de i; Mjm = valor total importado pelo estado j, subtraído o setor i; Mmr = valor total das importações do setor em nível nacional, subtraído o estado j.

Em caso de CRji apresentar resultado positivo, o estado apontará vantagem competitiva nos básicos, manufaturados e semimanufaturados; senão, o estado apontará desvantagem competitiva e, como consequência, seria um possível importador de determinado setor.

#### Fonte de dados

Os dados de exportações e importações dos estados brasileiros e do Brasil foram obtidos no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O PIB corrente dos estados brasileiros, em real, foi adquirido através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Todavia, como as importações e exportações dos estados estavam em dólar, foi preciso converter o PIB dos

estados brasileiros em dólar. Para tanto, utilizou-se da taxa de câmbio comercial (valor de venda) média nominal anual, obtida por meio do Ipeadata.

#### Resultados

A primeira parte e a segunda parte dos resultados serão referentes ao Índice de Vantagem Comparativa Revelada de Lafay (IVCL) e ao Índice de Competitividade Revelada (ICR), respectivamente. Por fim, foram feitas as principais conclusões com base no que foi identificado em cada um dos índices.

## Índice de Vantagem Comparativa Revelada de Lafay (IVCL)

Como é possível perceber na Figura 1, o índice sugere que Pernambuco, Maranhão, Bahia e Alagoas possuem maior competitividade nos produtos semimanufaturados. No entanto, nos últimos anos, Bahia, Maranhão e Pernambuco vêm apresentando crescimento da competitividade dos básicos. Com relação às exportações da Bahia, o estado vem diminuindo a competitividade nos manufaturados devido, principalmente, à perda de importância dos óleos combustíveis, que representava 13,90% das exportações totais do estado em 2013, 13,15% em 2014 e 5,33% em 2015. Em relação aos produtos básicos, a Bahia vem aumentando suas exportações de soja de vários tipos, como a soja triturada (exceto para semeadura), que representava 8,37% em 2013, 9,57% em 2014 e 12,80% em 2015 (MDIC, 2018).

Quanto às exportações do Maranhão, entre 2010 e 2012, os produtos básicos adquiriram maior competitividade, visto que produtos do complexo soja se tornaram os principais exportados. Contudo, a partir de 2012, produtos ligados ao minério de ferro e do alumínio, isto é, produtos semimanufaturados – por terem sofrido algum tipo de transformação –, aumentaram sua importância na pauta de exportação do estado (MDIC, 2018).

Em Pernambuco, uma melhoria da competitividade de produtos manufaturados a partir de 2011 é, principalmente, em consequência do aumento das exportações de produtos como plataformas de perfuração e exploração. Além disso, em 2014, os produtos básicos ultrapassam os semimanufaturados em termos de competitividade, dado ainda à importância da cana-de-açúcar e de frutas como uva e manga na pauta de exportações. Porém, nos últimos anos, o comércio internacional

do estado tem deixado de ser tão concentrado em produtos básicos e tem apresentado um aumento da diversificação, com aumento na participação de produtos como os ligados à cana-de-açúcar, mas mais elaborados, compressores de gases e garrafas PET (MDIC, 2018). Em relação a Alagoas, a pauta de exportações não apresenta muita diversificação, sendo concentrada principalmente em açúcar. Em 2015, o produto "outros açúcares de cana", o qual é semimanufaturado, representou cerca de 64% das exportações do estado (MDIC, 2018).

Alagoas Bahia 30 25 20 15 10 5 0 -5 -10 -15 -20 -25 -30 30 25 20 15 10 5 -10 -15 -20 -25 -30 -35 -40 Indices 1998 2000 2002 2004 2006 2008 2010 2012 1998 2000 2002 2004 2006 2008 2010 2012 2014 Ano básicos semimanufaturados Maranhão manufaturados Pernambuco 115 90 65 14 10 40 15 indices indices -10 -35 -2 -85 -10 -135 -14 1998 2000 2002 2004 2006 2008 2010 2012 2014 1998 2000 2002 2004 2006 2008 2010 2012 2014

Figura 1 – IVCL para Alagoas, Bahia, Maranhão e Pernambuco entre 1996 e 2015

Fonte: dados da pesquisa.

Semelhante à tendência da Figura 1, a maior competitividade dos produtos semimanufaturados também pode ser observada para os estados Amapá, Mato Grosso do Sul, Roraima e São Paulo (Figura 2), mesmo que em proporções diferentes. Além disso, os índices dos estados São Paulo e Roraima, para alguns anos, indicam um crescimento na competitividade dos básicos.

Os principais produtos exportados pelo estado de São Paulo são automóveis, autopeças, aviões, peças de aviões e, até os produtos agropecuários, são aqueles que participaram de transformações nas quais se aumenta seu valor agregado, como acúcar da cana (bruto) e outros acúcares oriundos da cana, suco de laranja,

entre outros, conforme dados do MDIC (2008). A partir de 2006, é possível perceber um aumento da competitividade dos produtos básicos, enquanto os manufaturados tiveram tendência contrária, isto é, de perda da competitividade. Esse processo pode ter ocorrido devido ao aumento da importância de produtos básicos, como soja, carnes desossadas de bovinos, outros óleos brutos de petróleo e café em grão (não torrado, não descafeinado), nas exportações do estado (MDIC, 2018). Segundo a Folha de São Paulo (2014), produtos manufaturados foram perdendo a importância nas exportações do estado como consequência, sobretudo, de uma queda no consumo desses bens nos países importadores. Por fim, observa-se que a pauta de exportações do estado de São Paulo é diversificada, em que nenhum dos produtos comercializados detém mais que 10% de importância.

Pelo contrário, o estado de Roraima é concentrado principalmente na comercialização de soja triturada, que correspondia a cerca de 77% das exportações do estado em 2015; enquanto em 2012 correspondia a cerca de 33% (MDIC, 2018). O aumento das exportações desse produto pode ter sido a principal causa do aumento da competitividade dos produtos básicos desse estado a partir de 2013. Além da soja, madeira, milho e água mineral são os principais produtos exportados no estado (MDIC, 2018).

Quanto ao Mato Grosso do Sul, a competitividade dos produtos semimanufaturados aumentou de forma acentuada a partir de 2008, enquanto os produtos básicos e manufaturados foram perdendo a competitividade. Os principais produtos exportados são açúcar, soja, carne desossada e congelada de bovinos, pedaços e miudezas congelados de galos e celulose. Os produtos soja e celulose apresentaram um grande crescimento nos últimos anos, atingindo o maior nível de participação nas exportações do estado, com, respectivamente, 28% e 21% de importância em 2015 (MDIC, 2018).

Em relação ao Amapá, a competitividade dos produtos básicos e semimanufaturados oscilou ao longo dos anos com, ao final da série, uma maior competitividade dos semimanufaturados. No ano de 2015, os principais produtos exportados foram ouro em barra e madeiras em estilhas ou em partículas, correspondendo a cerca de, respectivamente, 60% e 25%, sendo, esses produtos, semimanufaturados (MDIC, 2018).

Amapá Mato Grosso do Sul ndices -10 -20 -20 -30 -40 2000 2002 2012 2014 básicos semimanufaturados manufaturados São Paulo Roraima Indices -5 -10 -15 

Figura 2 – IVCL para Amapá, Mato Grosso do Sul, Roraima e São Paulo entre 1996 e 2015

Sobre Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais, é possível observar, por meio da Figura 3, que os produtos básicos foram os mais competitivos, principalmente a partir de 2000. Esse resultado pode ser explicado pela alta concentração de *commodities* agrícolas e minerais na pauta de exportações desses estados.

Em Minas Gerais, a pauta de exportações é concentrada, sobretudo, em minérios, que, em 2013, representavam quase 50% da pauta de exportações (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2014). Com relação a Goiás, sua pauta de exportações está concentrada em produtos básicos, como soja, carne, milho e cobre (FRANKE, 2011). No que tange ao Mato Grosso, os principais produtos exportados foram do complexo soja, sucroalcooleiros e carnes, que, em 2011, representaram juntos quase 60% do total exportado (CASAROTTO, 2013). Quanto ao Distrito Federal, com base nos dados do MDIC, os principais produtos básicos exportados são carnes de galos e galinhas e outros grãos de soja. Apenas esses produtos, em 2011, representavam mais de 70% da pauta de exportações do Distrito Federal.

Diante disso, todos esses estados possuem uma pauta de exportações concentrada em produtos básicos. Uma explicação para o aumento dessas exportações

concentrada em básicos é que esses produtos tiveram uma valorização no mercado internacional nessa época. De acordo com Bresser-Pereira e Marconi (2010), os preços das exportações das *commodities* em detrimento dos manufaturados tiveram uma elevação ao longo da década de 2000.

Distrito Federal Goiás 70 60 50 40 30 20 -10 -20 -30 -40 -70 -70 -80 -3 1998 2000 2002 2006 2008 2010 2012 2014 1998 2000 2002 2006 2008 2010 2012 2014 2004 2004 hásicos semimanufaturados manufaturados Minas Gerais Mato Grosso 40 30 20 10 0 -10 -20 -30 60 50 40 30 20 10 0 -10 indices Indices -40 -60 -40 2010 2012 2014 1998 2000 2002 2006 2008 2010 2012 2014 1998 2000 2002 2004 2006 2008 2004 And

Figura 3 – IVCL para Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso entre 1996 e 2015

Fonte: dados da pesquisa.

A mesma tendência da Figura 3 é observada na Figura 4, em que os índices de Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e Santa Catarina sugerem um grande crescimento da competitividade dos produtos básicos, principalmente a partir de 2005. A pauta de exportações do Rio de Janeiro concentra produtos básicos, principalmente combustíveis minerais (SALVINI; MARTINS, 2014). No Rio Grande do Sul, de acordo com dados do MDIC, há a predominância de produtos ligados a soja, fumo, carnes e derivados e arroz. Enquanto, para Santa Catarina, a pauta de exportações concentra principalmente produtos básicos como carne e pescado e o fumo ainda não manufaturado (APEX BRASIL, 2011). Portanto, essa tendência pode ser explicada pela alta concentração da pauta de exportações desses estados em commodities agrícolas e minerais.

Rio Grande do Sul Rio de Janeiro -10 -10 -20 -20 -30 -30 -40 -40 básicos semimanufaturados manufaturados Rondônia Santa Catarina 40 30 20 10 -10 -20 -40 -50 -70 50 40 20 10 0 -10 ndices Indices -20 -30 -40 2012 2014

Figura 4 – IVCL para Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e Santa Catarina entre 1996 e 2015

Ano

A Figura 5 sugere que todos os estados, exceto Rio Grande do Norte, ganharam competitividade nos básicos nos últimos anos. O Pará possui, de acordo com dados do MDIC, uma pauta de exportações altamente concentrada em produtos básicos e, sobretudo, em minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados, sendo que em 2011 este produto representava 64% das exportações do estado. O Paraná exporta principalmente produtos básicos como outros grãos de soja, bagaços e resíduos sólidos da extração do óleo de soja, carnes, milho, entre outros, segundo dados do MDIC. O mesmo se pode perceber para o Tocantins, em que, com base em dados do MDIC, mais de 98% da pauta de exportações em 2011 era composta de produtos básicos, como outros grãos de soja e carnes. Desse modo, é perceptível a grande concentração da pauta de exportações desses estados em produtos básicos, corroborando o aumento da competitividade dos produtos básicos encontrado pelo índice.

Ano

A competitividade dos básicos no Rio Grande do Norte teve uma ascensão a partir de 2000 por causa, principalmente, do aumento expressivo de exportações de óleos brutos de petróleo. Esse produto aumentou 381% de 2003 para 2004 e se tornou o principal produto exportado, representando 50% da pauta exportadora de

2004. Em contrapartida, o índice de competitividade dos básicos voltou a diminuir pelo mesmo motivo, portanto, o produto óleos brutos de petróleo diminuiu 66% de 2004 para 2005. De outro modo, há uma queda da competitividade dos manufaturados a partir de 2000 devido ao expressivo aumento da importação do produto manufaturado "outros grupos eletrogeradores". Houve, de 2002 para 2003, um aumento de 7.500%. De modo geral, a série se manteve com os produtos básicos mais competitivos e, em seguida, semimanufaturados e manufaturados.

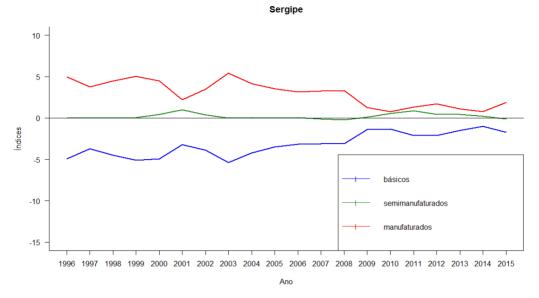
Paraná 30 40 30 20 20 10 10 indices 0 -10 -10 -20 -20 40 -30 -50 -40 -60 1998 2000 2002 2004 2006 2008 2010 2012 1998 2000 2002 2004 2006 2008 2010 2012 2014 Ano Ano hásicos semimanufaturados manufaturados Rio Grande do Norte Tocantins 40 -30 30 20 20 10 10 indices 0 0 -10 -10 -20 -20 -30 -40 -30 1998 2000 2002 2004 2006 2008 2010 2012 2014 1998 2000 2002 2004 2006 2008 2010 2012 2014

Figura 5 – IVCL para Pará, Paraná, Rio Grande do Norte e Tocantins entre 1996 e 2015

Fonte: dados da pesquisa.

O índice sugere que Sergipe é o único estado que possui o setor de manufaturados mais competitivo ao longo de toda a série, como é possível perceber através da Figura 6. De acordo com o governo de Sergipe (2014), os produtos manufaturados, em 2013, representaram 91,7% das exportações totais do estado. Contudo, segundo dados do MDIC, a maior parte dos produtos manufaturados exportados é de baixo valor agregado, como algumas partes do processo produtivo de suco de laranja, cimento, calçados e açúcares. Todavia, de forma geral, a diferença entre os índices de competitividade vem diminuindo ao longo dos anos e o índice do setor de básicos vem crescendo, apesar de ainda ser o setor menos competitivo.

Figura 6 – IVCL para Sergipe entre 1996 e 2015



Com base na Figura 7, Amazonas, Ceará, Espírito Santo e Piauí apresentaram muitas oscilações quanto à competitividade de cada setor. Entretanto, é possível perceber a mesma tendência de aumento da competitividade nos produtos básicos de Espírito Santo e Piauí. Quanto ao Espírito Santo, entre 1997 e 2011, o produto básico minérios de ferro aglomerados e concentrados apresentou participação de 41% na pauta de exportações, sendo, portanto, o principal produto exportado (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2012).

Ceará Amazonas 10 -15 1998 2000 2002 2004 2006 2008 2010 2012 2014 1996 1998 2000 2002 2004 2006 2008 2010 2012 2014 semimanufaturados manufaturados Espírito Santo Piauí 100 15 50 10 0 ndices indices -50 0 -100 -5 -200 -15 2000 2002 2004 2006 2008 2010 2012 2000 2002 2004 2006 2008 2010 2012 2014

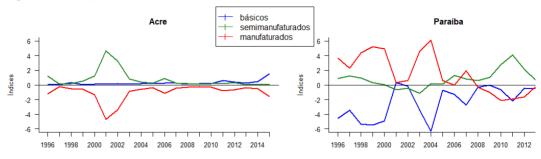
Figura 7 – IVCL para Amazonas, Ceará, Espírito Santo e Piauí entre 1996 e 2015

Ano

Com relação à Paraíba, a Figura 8 sugere muitas oscilações na competitividade durante a série, porém, nos últimos anos, os produtos semimanufaturados têm
apresentado melhor desempenho. Quanto ao Acre, o aumento da competitividade
dos semimanufaturados entre 2000 e 2002 foi devido à expansão, principalmente,
do ano 2000 para 2001, da produção de madeiras serradas e, sobretudo, couro e
pele bovina para exportação, de acordo com dados do MDIC. Também conforme
dados do MDIC, houve uma diminuição na competitividade dos manufaturados
causada, sobretudo, pelo aumento na importação em 2001 e 2002 de produtos manufaturados, como aparelhos de raio x, tubos/perfis de ferro, juntas de vedação
mecânica e, principalmente, eletrogeradores para motor explosão.

Ano

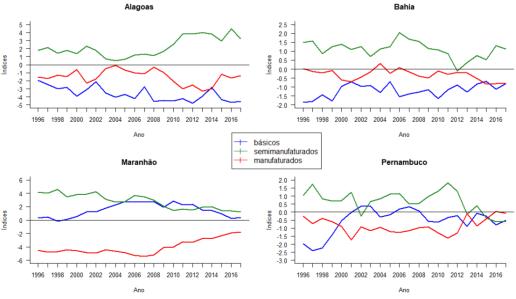
Figura 8 – IVCL para Acre e Paraíba entre 1996 e 2015



## Índice de Competitividade Revelada (ICR)

Em relação ao Índice de Competitividade Revelada, de acordo com a Figura 9, Alagoas, Bahia e Pernambuco indicam, ao longo da maioria dos anos, maior competitividade no setor de semimanufaturados. Maranhão teve muitas oscilações durante os anos, alternando a competitividade entre básicos e semimanufaturados e terminando a série com mais competitividade nos semimanufaturados.

Figura 9 - ICR para Alagoas, Bahia, Maranhão e Pernambuco entre 1996 e 2017



Fonte: dados da pesquisa.

Com base na Figura 10, constata-se que Mato Grosso do Sul e Paraíba tiveram muitas alternâncias durante os anos. Entretanto, Mato Grosso do Sul teve, nos últimos anos, um aumento da competitividade dos semimanufaturados. São Paulo teve menos oscilações que os outros estados e obteve um aumento da competitividade dos semimanufaturados mais acentuado e prolongado que os outros estados.

Mato Grosso do Sul Paraiba indices 1996 1998 2000 2002 2004 2006 2008 2010 2012 2014 2016 1996 1998 2000 2002 2004 2006 2008 2010 2012 2014 2016 And And básicos semimanufaturados manufaturados São Paulo 1.5 -1.0 0.5 indices 0.0 -0.5 -10 -1.5 -2.0 1996 1998 2000 2002 2004 2006 2008 2010 2012 2014 2016

Figura 10 – ICR para Mato Grosso do Sul, Paraíba e São Paulo entre 1996 e 2017

Fonte: dados da pesquisa.

De acordo com a Figura 11, o índice mostra uma tendência de crescimento na competitividade dos produtos básicos para Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais, mesmo que tenha tido início em diferentes anos dependendo do estado.

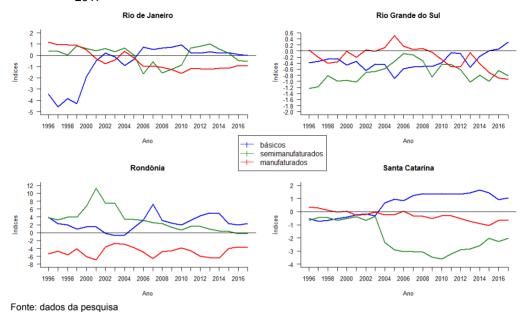
Mato Grosso Goiás Indices -3 1996 1998 2000 2002 2004 2006 2008 2010 2012 2014 2016 1996 1998 2000 2002 2004 2006 2008 2010 2012 2014 2016 básicos semimanufaturados manufaturados Minas Gerais 2.0 -1.5 -1.0 0.5 -0.5 -1.0 -1.5 -2.5 -3.0 1998 2000 2002 2004 2006 2008 2010 2012 2014 2016

Figura 11 - ICR para Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais entre 1996 e 2017

And

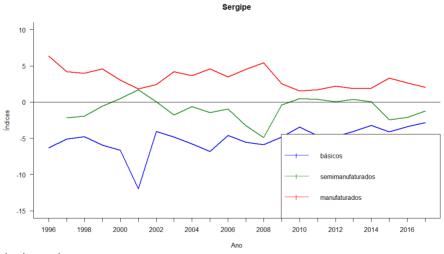
Com base na Figura 12, observa-se que Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul tiveram muitas oscilações, sendo que o primeiro parece apresentar uma recuperação no final da série quanto à competitividade dos semimanufaturados. Rondônia e Santa Catarina mostraram um aumento da competitividade dos básicos, principalmente a partir de 2006 e 2003, respectivamente.

Figura 12 – ICR para Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e Santa Catarina entre 1996 e 2017



Quanto à Figura 13, Sergipe novamente aparece sugerindo maior competitividade no setor de manufaturados, assim como no VCRL.

Figura 13 - ICR para Sergipe entre 1996 e 2017



Fonte: dados da pesquisa.

A Figura 14 sugere que Espírito Santo e Amazonas apresentaram muitas oscilações quanto à competitividade durante os anos. Todavia, nos últimos anos, para eles, houve um aumento da competitividade dos básicos. No Ceará, toda a série obteve maior competitividade nos semimanufaturados, enquanto para o Piauí toda a série obteve maior competitividade para os básicos. O Índice de Competitividade Revelada é calculado com uma divisão de números, tais como exportações e importações do setor em cada estado, exportações e importações brasileiras do setor, entre outros, em que no final é calculado o logaritmo natural do número. Porém, para alguns anos e para alguns setores, não houve exportações ou importações no setor para o estado analisado. Quando não há exportações, o número obtido no final é 0 e logaritmo natural de 0 é indefinido, fazendo com que não fosse possível obter o índice nessas circunstâncias. Quando não há importações, o denominador do índice será 0, sendo impossível seu cálculo. Portanto, devido à maneira como é calculado esse índice, ele não pôde ser obtido para alguns anos, dependendo do estado, como é possível perceber no índice de competitividade dos básicos do Piauí. Para alguns estados, esse problema comprometeu o diagnóstico, porém, não atrapalhou na análise do Piauí.

Amazonas Ceará 2.0 1.5 indices 1.0 0.5 -2 -3 -1.5 2008 2010 2012 2014 2016 1998 2000 2002 2004 2006 2008 2010 2012 2014 2016 1996 1998 2000 2002 2004 2006 And básicos semimanufaturados manufaturados Espírito Santo Piauí 0 indices Indices -2 -3 1996 1998 2000 2002 2004 2006 2008 2010 2012 2014 2016 1998 2000 2002 2004 2006 2008 2010 2012 2014 2016

Figura 14 – ICR para Amazonas, Ceará, Espírito Santo e Piauí entre 1996 e 2017

Fonte: dados da pesquisa.

Na Figura 15, constata-se que Rio Grande do Norte e Pará apresentaram muitas oscilações quanto à competitividade durante os anos. Entretanto, tiveram um aumento da competitividade dos básicos nos últimos anos. O Paraná indicou uma maior competitividade dos básicos ao longo da maioria da série.

Pará Paraná 1.5 1 0 0.5 0.0 -0.5 -1 0 -1.5 -2 0 1996 1998 2000 2002 2004 2006 2008 2010 2012 2014 2016 1998 2000 2002 2004 2006 2008 2010 2012 2014 2016 hásirns semimanufaturados manufaturados Rio Grande do Norte 3 2 Indices -2 1998 2000 2002 2004 2006 2008 2010 2012 2014 2016

Figura 15 – ICR para Pará, Paraná e Rio Grande do Norte entre 1996 e 2017

Fonte: dados da pesquisa.

Quanto a Tocantins, Acre, Amapá, Distrito Federal e Roraima, não foi possível calcular o ICR para alguns anos, em relação a alguns setores, por isso a análise ficou comprometida. Portanto, esses estados serão analisados apenas com base no VCRL.

#### Principais conclusões

Mesmo que em proporções diferentes, porque os dois índices divergem na maneira como são calculados, a maioria dos estados apresentou resultados semelhantes em ambos. Ressalta-se que Alagoas, Bahia, Mato Grosso do Sul e Pernambuco se mostraram mais competitivos nos dois índices nos produtos semimanufaturados.

Ceará apresentou, em proporções maiores, maior competitividade nos semimanufaturados apenas no Índice de Competitividade Revelada, enquanto no VCRL mostrou oscilações quanto à competitividade em relação aos básicos, mesmo que, ainda sim, na maior parte do tempo, tenha se mantido mais competitivo em semimanufaturados. Quanto ao Mato Grosso do Sul, houve mais oscilações e menor diferença de competitividade entre os setores no ICR. Entretanto, os dois tiveram resultados semelhantes.

Os estados de Goiás, Santa Catarina, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná e Rondônia se mostraram mais competitivos no setor dos básicos nos dois índices. O Piauí apresentou maior oscilação na competitividade no VCRL, mesmo que, de forma geral, nos dois índices, tenha apresentado maior competitividade nos produtos básicos. Tocantins, Acre, Amapá, Distrito Federal e Roraima não puderam ser analisados pelo ICR. Portanto, sua análise foi restrita ao VCRL. Nesse sentido, Tocantins e Distrito Federal apresentaram semelhancas, porque tiveram maior competitividade dos básicos na maioria dos anos, apresentando um crescimento da competitividade a partir dos anos 2000. Amapá e Roraima mostraram maior competitividade dos semimanufaturados na maior parte dos anos, apesar de o Amapá ter uma alternância no final da série, com o crescimento da competitividade dos básicos. Quanto ao Acre, houve apenas uma oscilação maior entre 2000 e 2003, com o aumento da competitividade dos semimanufaturados. Todavia, de forma geral, a competitividade dos setores se mostrou homogênea. Sergipe, nos dois índices, apresentou maior competitividade dos manufaturados. Amazonas apresentou semelhança nos dois índices, ambos com muitas oscilações. Ao final da série, o estado apresentou maior competitividade nos produtos básicos. Pará e Espírito Santo tiveram muitas semelhanças e os dois índices mostraram, de forma geral, as mesmas características, com alternâncias entre a competitividade de básicos e semimanufaturados e manufaturados menos competitivos. Além disso, os dois estados, nos dois índices, terminaram a série com uma competitividade maior dos básicos. Rio Grande do Norte teve maiores oscilações no ICR, porém, apesar disso, de forma geral, os dois mostraram uma maior competitividade no setor dos básicos no final da série.

Quanto ao estado de São Paulo, houve divergência entre os índices. Nos dois índices, o estado apresentou maior competitividade no setor de semimanufaturados na maioria da série. Porém, no VCRL há um crescimento nos últimos anos da competitividade dos básicos, que não é capturado pelo ICR. Quanto ao Rio de

Janeiro, também há divergência entre os índices. Enquanto o VCRL capta um crescimento acentuado da competitividade dos produtos básicos nos últimos anos, o ICR capta em menor grau. Por isso, no ICR há um crescimento também da competitividade dos semimanufaturados, que ultrapassa a competitividade dos básicos para os últimos anos da série.

No Maranhão, os dois índices apresentaram bastante semelhança, com alternâncias entre as competitividades dos básicos e dos semimanufaturados. Apenas há uma troca de competitividade, com básicos mais competitivos que semimanufaturados a partir de 2013 no ICR, que não é captada pelo VCRL, que foi calculado apenas até 2012. No estado da Paraíba, há muitas oscilações de competitividade para os dois índices. Todavia, para os dois índices, há um aumento da competitividade dos semimanufaturados. Quanto ao Rio Grande do Sul, houve divergência entre os dois índices, porque, enquanto o VCRL mostra um aumento da competitividade dos básicos nos últimos anos, o ICR não capta esse aumento expressivo, apresentando muitas flutuações e alternâncias entre as competitividades.

O que é possível perceber de semelhante entre os dois índices e entre os estados é que muitos apresentaram um crescimento expressivo da competitividade dos básicos nos últimos anos. Essa tendência é mais perceptível no VCRL do que no ICR. Todavia, ainda assim, os dois conseguem captar esse aumento. Esse aumento da competitividade dos produtos básicos nos estados reflete um comportamento observado na pauta de exportações brasileira, com um aumento expressivo de exportação com relação aos produtos básicos.

Diversos fatores podem ter influenciado no aumento da competitividade dos básicos na década de 2000. Um deles é o aumento do preço das commodities no mercado internacional. De acordo com a Figura 16, há um aumento acentuado a partir, principalmente, de 2001. O aumento dos preços das commodities no período de 2002 a 2008 foi derivado, principalmente, de fatores como: recuperação da economia global, sob a influência principalmente das economias emergentes (sobretudo a China); desvalorização do dólar e baixa na taxa de juros nos Estados Unidos e demais países (APEX BRASIL, 2011). Além disso, ocorreram choques climáticos em relação à oferta de commodities agrícolas que estimularam o aumento dos preços desses produtos, mesmo em momento de demanda mundial reprimida, sendo um exemplo de choque o El Niño (VERÍSSIMO; XAVIER; VIEIRA, 2012). A queda do preço das commodities em 2009 foi causada, sobretudo, pela crise de 2008, que proporcionou ausência de crédito internacional e dificuldade de empresas e países

de adquirirem um estoque de alimentos (SANTOS; COSTA, 2010). O maior preço de produtos básicos no mercado internacional estimula a sua produção, devido ao aumento do retorno. Ademais, a taxa de juros pode ser um dos motivos para o aumento da competitividade dos básicos em detrimento dos manufaturados. De acordo com a Fiesp (2015), a taxa de juros alta atrapalha a produção de manufaturados por três canais: a) aumentando o custo de oportunidade do capital; b) aumentando o custo de capital de terceiros; e c) reduzindo a demanda interna.

Figura 16 – Índice geral de preços internacionais de *commodities* (jan. 2002=100)

Fonte: elaboração dos autores com base em dados do Ipeadata.

Outro fator que pode ter estimulado o aumento da competitividade dos produtos básicos em alguns estados pelos índices foi a apreciação do câmbio na época. Percebe-se que, principalmente a partir de 2003, há uma diminuição da taxa de câmbio real, com base na Figura 17. Segundo Bresser-Pereira (2008), seria a níveis menores aos que poderiam tornar competitivas as exportações dos produtos manufaturados, transferindo, portanto, esses investimentos para os produtos básicos. Desse modo, a sobrevalorização cambial seria nociva ao desenvolvimento econômico, porque afetaria a lucratividade da produção e o investimento em setores manufaturados. Ao realocar os recursos para a produção de *commodities* (com retornos decrescentes de escala) e para setores não comercializáveis, o câmbio valorizado teria um efeito prejudicial para a dinâmica tecnológica da economia brasileira.

Mas, quando ocorre subvalorização cambial, esta estimularia a produção e o investimento em setores tecnológicos, em que são possíveis retornos crescentes de escala (GALA; LIBANIO, 2008).

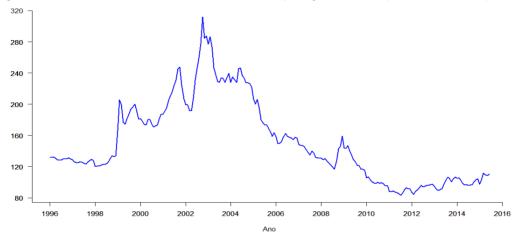


Figura 17 – Taxa de câmbio – efetiva real – INPC – exportações – índice (média 2010 = 100)

Fonte: elaboração dos autores com base em dados do Ipeadata.

Outro problema relacionado ao câmbio é a sua relação com o salário. A valorização do câmbio iria afetar os salários quando medidos em dólar, aumentando o poder de compra do consumidor (DIEESE, 2006). A relação câmbio efetivo/salário seria o meio frequentemente utilizado para medir os custos do trabalho na competitividade das exportações (ARBACHE, 2011). E, de acordo com a Figura 18, é possível perceber que, ao longo do período, há um decréscimo da relação câmbio/salário que pode ter sido causado por uma elevação dos salários em termos reais e/ou um decréscimo da taxa de câmbio efetiva. Portanto, com isso, em termos de dólar, os custos da indústria aumentam. Desse modo, a indústria perde competitividade e favorece a transferência de investimentos da indústria para, principalmente, os produtos básicos. Além disso, nessa época, há o aumento do crédito, concomitantemente com o aumento do poder de compra brasileiro no exterior. Temse, como consequência, portanto, o aumento do consumo de produtos importados, pressionando a balança comercial e colocando a indústria brasileira novamente em segundo plano.

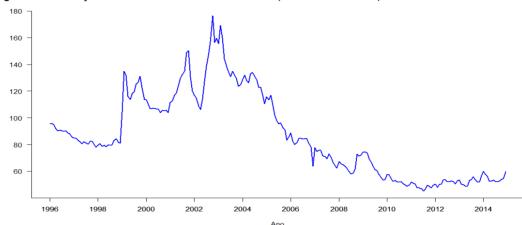


Figura 18 - Relação câmbio efetivo / salário - índice (média 2005 = 100)

Fonte: elaboração dos autores com base em dados do Ipeadata.

Por meio da Figura 19, observa-se que há uma tendência de diminuição da taxa de juros real até 2013. Todavia, o Brasil ainda apresenta uma das taxas de juros mais elevadas do mundo, quando comparada a de outros países. Segundo um estudo realizado com 40 países do mundo, feito pela Management, em conjunto com o *site* MoneYou, o Brasil é o país com a taxa de juros real mais alta. Ressalta-se que o Brasil se encontra nessa posição desde 2013, quando o Banco Central iniciou um ciclo de elevadas taxas de juros (O GLOBO, 2016).

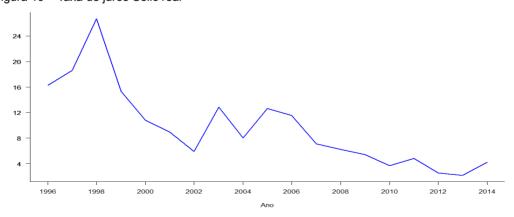
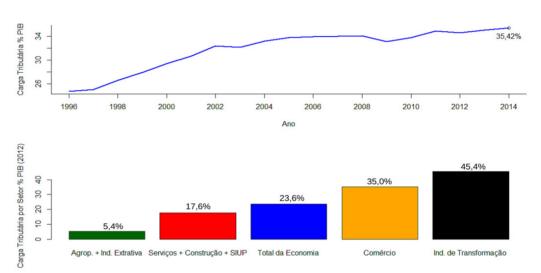


Figura 19 - Taxa de juros Selic real

Fonte: dados primários de Selic nominal no Banco Central e IPCA no IBGE. Cálculo da taxa de juros Selic real realizado pelos autores.

A carga tributária de um país também pode ter grande influência sobre investir em básicos, semimanufaturados, manufaturados ou, ainda, não investir. O Brasil possui uma carga tributária elevada e, na época analisada, apresentou uma tendência de crescimento (Figura 20). Todavia, mais importante que analisar a carga tributária é observar a incidência da carga tributária sobre cada setor. Desse modo, de acordo com a Figura 17, o setor em que se incidem mais tributos é o de indústria de transformação. Portanto, além dos vários motivos citados, o setor industrial direciona quase metade daquilo que produz para pagar impostos.

Figura 20 – Evolução da carga tributária brasileira (% PIB) e Carga Tributária por Setor % PIB (2012)



Fonte: elaboração dos autores com base em Amaral et al. (2015) para Carga Tributária % PIB e Firjan (2015) para Carga Tributária por Setor % PIB (2012).

Um fator que desestimula a abertura e a permanência de empresas e indústrias no Brasil é a burocracia brasileira. O estudo do Banco Mundial (2013), *Doing Business 2014*: compreendendo regulação de negócios para pequenas e médias empresas, mede dez áreas do ciclo de vida de empresas, como: abertura de empresa, obtenção de alvará de construção, obtenção de eletricidade, registro de propriedades, obtenção de crédito, proteção de investidores, pagamento de impostos, comércio entre fronteiras, execução de contratos e solução de insolvência. O estudo faz a análise de 189 países, com o primeiro relatório feito em 2002. No *ranking* de 2013, o Brasil estava em 118º e melhorou, em 2014, duas posições, chegando a 116º.

Entretanto, nesse atual *ranking*, o país se encontra atrás de países da América do Sul como Chile, Peru, Colômbia, Uruguai, Paraguai e Guiana. Além disso, de acordo com Burti (2014), o Brasil ainda se encontra na 123º posição com relação à abertura de empresa (é preciso mais de 100 dias para abrir uma empresa). Entretanto, há avanços significativos, como resolução de insolvências e pagamento de impostos. Todavia, há um longo caminho pela frente. O país ainda é um desestímulo para novos empreendimentos e, como consequência, o crescimento econômico.

Outra dificuldade enfrentada pela indústria é quanto à infraestrutura logística. Segundo a Fiesp (2012), através de um estudo do Departamento de Competitividade e Tecnologia (2011), 1% do faturamento das empresas é destinado a gastos extras com logística, decorrente da deficiente infraestrutura logística do país. Além disso, 1,8% dos preços industriais são derivados das deficiências da infraestrutura logística e 2,6% dos custos decorrentes de recolhimento dos tributos. Nesse sentido, a carga extra é de 4,4% dos preços. Dessa forma, a infraestrutura deficiente onera ainda mais a indústria brasileira, que repassa o custo a mais para os preços, fazendo com que desestimule o consumidor e o desenvolvimento das indústrias.

## Considerações finais

Diante do que foi exposto e a partir dos resultados obtidos com os índices calculados, percebe-se que, em muitos estados, os produtos básicos apresentaram recorrente predominância e/ou crescimento acelerado da competitividade desse setor. Desse modo, isso seria apenas um reflexo do que é possível perceber na pauta das exportações brasileiras, que, na década de 2000, apresentou um aumento nas exportações de commodities agrícolas e minerais. O único estado que se mostrou mais competitivo nos manufaturados foi Sergipe. Entretanto, ao analisar os produtos exportados desse estado, percebe-se que os principais produtos manufaturados não possuem um alto valor agregado, como algumas partes do processo produtivo de suco de laranja, cimento, calçados e açúcares. Sendo assim, os resultados sugerem a commoditização da pauta de exportações para maioria dos estados brasileiros.

O processo de reprimarização da pauta de exportações é reversível, desde que ele seja encarado como um problema e, assim, sejam adotadas políticas para revertê-lo. O primeiro passo seria a adoção de uma política industrial, em que o papel do governo seria o de incentivar empresários, por meio de crédito, a desenvolver atividades inovadoras. Contudo, o foco do governo precisaria ser em atividades

com amplo potencial de incrementar a produtividade e gerar externalidades econômicas positivas, tais como educação, infraestrutura, saúde, mobilidade urbana e logística. Salienta-se a importância do crédito a juros baixos para permitir que investimentos de alto valor sejam feitos pelos empresários (BRESSER-PEREIRA; NASSIF; FEIJÓ, 2016).

No entanto, mesmo que políticas industriais sejam bem implementadas, estas não mostrarão resultados promissores se não forem feitas em conjunto com um regime macroeconômico consistente. Esse cenário possui características como estabilidade de preços e fiscal. Também está apto a projetar políticas econômicas capazes de manter taxas de juros reais médias inferiores à taxa de retorno real média sobre o capital, taxas de câmbio reais competitivas e taxas de salários que se modifiquem de acordo com a produtividade (BRESSER-PEREIRA; NASSIF; FEIJÓ, 2016).

Ressalta-se que, para compreender melhor o processo de reprimarização da pauta de exportações, seria preciso uma análise mais desagregada, com mais setores além dos básicos, semimanufaturados e manufaturados. Existem produtos com discrepantes valores agregados classificados no mesmo setor, diminuindo, portanto, a profundidade da análise.

Outra limitação seria a de utilizar apenas dois índices de competitividade. Apesar de serem índices utilizados em diferentes artigos, a análise fica limitada a seus resultados. Além disso, o ICR, devido à sua metodologia de cálculo, não consegue captar a competitividade se as exportações e/ou importações do estado para o setor forem zero, impedindo, portanto, a análise. Ademais, ao tentar compreender a competitividade de todos os estados brasileiros, o estudo abre precedentes para análises individuais mais detalhadas.

Com base em tais resultados, o estudo traz luz na questão da reprimarização estadual, mas traz novos questionamentos a serem respondidos em novas análises. A saber, se esse processo seria permanente ou reversível e o impacto na economia brasileira e dos estados.

# Regional insertion of the Brazilian economy in world trade: verification of the evidence of reprimarization of state exports

#### **Abstract**

The present study aims to analyze the process of reprimarization or commoditization of the exports of the Brazilian states from 1996 to 2015, considering trade in basic, semi-manufactured and manufactured goods. For this, the Lafay Revealed Comparative Advantage Index and the Revealed Competitiveness Index were used. In addition, we used correlations of the Lafay Revealed Comparative Advantage Index with exchange rate, interest rate, world gross national product (GNP) and international commodity price. As a result, a possible reprimarization of the exports of most Brazilian states was obtained.

Keywords: Reprimarization. States. Competitiveness indices.

## Inserción regional de la economía brasileña en el comercio mundial: verificación de las evidencias de reprimarización de las exportaciones estadales

#### Resumen

El presente estudio tiene como objetivo analizar el proceso de reprimarización o commoditización de la pauta de exportaciones de los estados brasileños en el período de 1996 a 2015, considerando el comercio de los productos básicos, semimanufacturados y manufacturados. Para ello, se empleó el Índice de Ventaja Comparativa Revelada de Lafay y el Índice de Competitividad Revelada. Se obtuvo como resultado una posible reprimarización de la pauta de exportaciones de la mayoría de los estados brasileños.

Palabras clave: Reprimarización. Estados. Índices de competitividad.

JEL: F10; O10.

#### Referências

AMARAL, G. L.; OLENIKE, J. E.; AMARAL, L. M. F.; YASBEK, C. L. *Evolução da carga tributária brasileira*. Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário. 2015. Disponível em: www.ibpt. com.br/img/uploads/novelty/estudo/2142/05EvolucaoDaCargaTributariaBrasileira.pdf. Acesso em: 21 mar. 2016.

APEX BRASIL. As exportações brasileiras e os ciclos de commodities: tendências recentes e perspectivas. 2011. Disponível em: http://www.apexbrasil.com.br/Content/imagens/5a438c3e-ddd-0-4807-8820-a0f6650bd379.pdf. Acesso em: 12 jan. 2016.

ARBACHE, J. S. Transformação demográfica e competitividade internacional da economia brasileira. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, n. 36, p. 365-391, 2011.

BANCO MUNDIAL. *Doing Business 2014*: compreendendo regulação de negócios para pequenas e médias empresas. 2013. Disponível em: http://portugues.doingbusiness.org/reports/global-reports/doing-business-2014. Acesso em: 19 fev. 2016.

BITTENCOURT, G. M.; FONTES, R. M. O. Competitividade das exportações brasileiras de etanol. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 48, 2010, Campo Grande (MS). *Anais* [...]. Piracicaba: SOBER, 2010.

BONELLI, R.; PESSÔA, S. de A. *Desindustrialização no Brasil*: um resumo da evidência. Brasília: IBRE/FGV, 2010. (Texto para Discussão, n. 7).

BRESSER-PEREIRA, L.C.; MARCONI, N. Existe doença holandesa no Brasil? *In*: BRESSER-PEREIRA, L.C. (org.). *Doença holandesa e indústria*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A doença holandesa. *In*: BRESSER-PEREIRA, L. C. *Globalização e competição*: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 141-171.

BRESSER-PEREIRA, L. C. The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 28, n. 1, p. 47-71, 2008.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; NASSIF, A.; FEIJÓ, C. A reconstrução da indústria brasileira: a conexão entre o regime macroeconômico e a política industrial. *Revista de Economia Política*, [s.l.], v. 36, n. 3, p. 493-513, 2016.

BURTI, A. *Burocracia emperra competitividade?* 2014. Disponível em: www.sebraesp.com.br/index.php/129-uncategorised/institucional/blog-papo-empreendedor/13566-burocracia-emperra-competitividade. Acesso em: 19 jan. 2016.

BRUM, A. J. Desenvolvimento econômico brasileiro. 20. ed. São Paulo: Vozes, 1999.

CARVALHO, M. A. Políticas públicas e competitividade da agricultura. Revista de Economia Política, [s.l.] v. 21, n 1, 2001.

CASAROTTO, E. L. Desempenho da pauta de exportações do agronegócio de Mato Grosso do Sul. 2013. 94 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) — Universidade Federal de Grande Dourados, Dourados, 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo perde participação nas exportações brasileiras desde 2009. 2014. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/11/1549926-sao-paulo-perde-participacao-nas-exportações-brasileiras-desde-2009.shtml. Acesso em: 22 jul. 2018.

SANTOS, G. C.; COSTA, M. L. R. O reflexo da crise financeira mundial nos preços dos alimentos em Presidente Prudente/ SP. ETIC-Encontro de Iniciação Científica, [s.l.], v. 5, n. 5, 2010.

DIEESE. Nota Técnica – o câmbio e suas influências na economia. 2006. Disponível em: https://www.dieese.org.br/notatecnica/2006/notatec24cambio.pdf. Acesso em: 15 jan. 2016.

FEIJÓ, C. A.; CARVALHO, P. G.; ALMEIDA, J. S. G. Ocorreu uma desindustrialização no Brasil. São Paulo: IEDI, 2005.

FIESP. *Carga*: Extra na Indústria Brasileira – Custos com Logística. 2012. Disponível em: http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/carga-extra-na-industria-brasileira-parte-2-custos-com-logistica/. Acesso em: 19 jan. 2016.

FIESP. Aumento da taxa de juros Selic contribuir para redução do já contraído nível de investimento industrial, mostra estudo da Fiesp. 2015. Disponível em: www.fiesp.com.br/noticias/aumento-da-taxa-de-juros-selic-contribui-para-reducao-do-ja-contraido-nivel-de-investimento-industrial-mostra-estudo-da-fiesp/. Acesso em: 15 jan. 2016.

FIRJAN. A carga tributária para a indústria de transformação. 2015. Disponível em: www.fir-jan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/a-carga-tributaria-para-a-industria-de-transformação.htm. Acesso em: 15 jan. 2016.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Análise de desempenho das exportações de produtos tecnologicamente sofisticados. Belo Horizonte, ano 1, n.1, 2014. Disponível em: www.fjp.mg.gov.br/index. php/docman/cpa/comercio-exterior/341-monitor-cpa-comercio-exterior-analise-das-exportacoes-de-produtos-tecnologicamente-sofisticados/file. Acesso em: 18 abr. 2016.

FRANKE, A. A. S. *Comércio exterior do estado de Goiás*: situação atual, perspectivas e políticas potencializadoras. 2011. 118 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Faculdades Alves Faria, Goiânia, 2011.

GALA, P.; LIBANIO, G. Efeitos da apreciação cambial nos salários, lucros, consumo, investimento, poupança e produtividade: uma perspectiva de curto e longo prazo. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 36. *Anais* [...]. Salvador: 2008.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Exportações versus importações no Espírito Santo. Vitória, ES: 2012. Disponível em: www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com\_attachment-s&task=download&id=1708. Acesso em: 14 jan. 2016.

MACHADO, T. A.; ILHA, A. S.; RUBIN, L. S. Competitividade da carne bovina brasileira no comércio internacional (1994-2002). *Cadernos PROLAM/USP*, [s.l.], v. 6, n. 10, p. 87-101, 2007.

MDIC. Metodologia de produção de estatísticas de comércio exterior. Fator agregado (conceito). Disponível em: http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=605. Acesso em: 19 fev. 2016.

NASSIF, A. Há evidências de desindustrialização no Brasil? *Revista de Economia Política*, v. 28, n. 1, 2008.

O GLOBO. Brasil continua com a maior taxa de juros reais do mundo. 2016. Disponível em: www. oglobo.globo.com/economia/brasil-continua-com-maior-taxa-de-juros-reais-do-mundo-18512294. Acesso em: 23 fev. 2016.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 2, 2010.

STRACK, D.; AZEVEDO, A. F. Z. A doença holandesa no Brasil: sintomas e efeitos. *Revista Economia e Desenvolvimento*, n. 24, v. 2, 2012.

SALVINI, R. R.; MARTINS, N. Perfil das Exportações Fluminenses: uma análise da pauta exportadora no período 1990/2013. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, n. 5, p. 79-90, 2014.

VERÍSSIMO, M. P.; XAVIER, C. L.; VIEIRA, Flávio Vilela. Taxa de câmbio e preços de commodities: uma investigação sobre a hipótese da doença holandesa no Brasil. *Revista Economia*, [s.l.], v. 13, n. 1, p. 93-130, 2012.